



Sumário Executivo

Relatório do Estado do
Ordenamento do Território



AMADORA
Câmara Municipal

2014

1 - Introdução

O Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) enquadra-se na obrigatoriedade legal, estabelecida na Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (LBPPSOTU)¹ e no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT)².

De acordo com a Portaria n.º1474/2007, de 16/11 cabe ao Município elaborar para efeitos de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, nos termos do n.º2 do artigo 3.º, o qual traduz o balanço da execução do PDM, e que incide sobre os seguintes aspetos:

- a) Níveis de execução do Plano, nomeadamente em termos de ocupação de solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infraestruturação, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o Município;
- b) Identificação dos fatores de mudança da estrutura do território.

Face a este enquadramento, o relatório aborda os seguintes temas:

- enquadramento legal e estratégico;
- processo de planeamento municipal, balanço e desafios;
- arquitetura do sistema de monitorização implementado para dar seguimento à avaliação *in continuum*;
- quadro de referência territorial presente em 1994, o modelo de desenvolvimento definido e estratégias de atuação estabelecidos no PDM;
- níveis de execução do Plano guiados pelos objetivos de desenvolvimento do PDM: fortalecer e diversificar a base produtiva, melhorar o padrão de vida e atenuar as carências habitacionais;
- identificação dos fatores de mudança da estrutura do território que fundamentarão novos objetivos de desenvolvimento e critérios de sustentabilidade;
- desempenho das políticas de base territorial no Município, através da estruturação de indicadores referentes à estratégia do Plano Diretor Municipal.

O REOT acompanha a Deliberação de Câmara que determina a revisão do PDM, e que servirá para comunicar à Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) a decisão de dar início ao processo de revisão, dando cumprimento ao estabelecido no n.º1 do artigo 3.º da Portaria n.º1474/2007 de 16/11.

¹ LBPPSOTU- Lei n.º31/2014, de 30/05, art.º 50º

² Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20/02 (art.º98) e Portaria n.º1474/2007 de 16/11, art.º3

2 - Matriz de análise de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

A evolução ocorrida no período de vigência do PDM está sintetizada nas matrizes de análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, elaboradas no final cada objetivo de desenvolvimento preconizado no Plano e na ficha de indicadores gerais.

A-FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA

PONTOS FORTES

- Centralidade geográfica e matriz de acessibilidades elevam as condições de atratividade do território.
- Reforço da capacidade de atração e fixação do emprego no Município.
- Progressiva qualificação da população residente (Grupos profissionais 1, 2 e 3 quadros superiores e dirigentes, especialistas das profissões intelectuais e científicas e técnicos de nível intermédio).
- Boa cobertura de redes de transporte e distribuição de gás natural, energia elétrica e de telecomunicações.
- Contexto favorável ao desenvolvimento das atividades centradas na Economia Baseada no Conhecimento.
- Aposta no marketing territorial como instrumento de valorização do esforço de infraestruturização e qualificação do território, promovendo uma imagem de modernidade e de afirmação para a instalação de atividades.

PONTOS FRACOS

- Crise económica e financeira refletiu-se na dinâmica do território medida em termos de empresas, emprego e internacionalização.
- Acréscimo dos pensionistas/reformados e regressão dos ativos que contribuem para o sistema social.
- Elevado número de beneficiários dependentes do sistema social como principal meio de vida (reforma/pensão, subsidio de desemprego e outras prestações sociais).
- Fraca expressão de recursos humanos em atividades de I&D na população empregada.
- Percentagem de diplomados entre os 30 e os 34 anos (30%) distante da meta recomendada na Estratégia Portugal 2020 (40%).
- Indicadores que medem o contexto associado ao turismo quase incipientes, constituindo um entrave à internacionalização.
- A conjugação entre a proximidade à Capital e a excelente acessibilidade contribuem para a valorização fundiária dificultando a instalação de atividades económicas.

OPORTUNIDADES

- Área industrial em declínio que beneficia de localização de excelência para se regenerar e dinamizar projetos de base regional.
- Alteração do paradigma energético possibilitando o surgimento de soluções inovadoras (redes inteligentes, iluminação eficiente, mobilidade sustentável).
- Potencial de integração metropolitana sustentada em modos de transporte público preferencialmente em sítio próprio e numa boa rede de interfaces multimodais.
- Dinâmica na indústria transformadora (medida em termos de VAB) pode revelar potencial num contexto de reindustrialização.
- Posição geográfica e acessibilidades propícias à instalação de alojamento turístico com preços competitivos aproveitando o eixo Lisboa-Sintra.
- O novo período de programação comunitária 2014-2020 dedica uma importante fatia de investimentos dirigidos à competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego e capital humano, privilegiando o apoio às empresas.
- As tendências de transformação recente perceptíveis à escala metropolitana e as potencialidades associadas à emergência de uma nova centralidade na Amadora, encontram-se ilustradas no anel de polaridades definido no modelo territorial do Plano Diretor Municipal de Lisboa, exigindo a necessária articulação entre os dois municípios.

AMEAÇAS

- Impactos do Novo Regime de Arrendamento Urbano ainda por conhecer no que respeita à reconfiguração das atividades económicas em particular no ramo do retalho.
- Desconhecimento dos números reais da emigração e do perfil socioeconómico dos indivíduos.
- Desequilíbrios demográficos internos em termos da sustentabilidade do mercado de trabalho.
- A estrutura económica excessivamente apoiada nos ramos do comércio e restauração pode ter consequências negativas ampliadas, num quadro financeiro como o que atravessamos, face à retração do consumo.
- A taxa de emprego da população residente entre 20-64 anos tem vindo a regredir divergindo da meta estabelecida para o mesmo escalão etário pela Estratégia Europa 2020 (75%).
- Desemprego jovem atinge níveis críticos, mais altos que na sub-região ou no Continente.
- Aumento do desemprego de longa duração e dificuldade de reintegração no mercado de trabalho (desemprego de longa duração representa quase 1/4 do desemprego total).
- Precarização dos vínculos laborais demonstrado pelo peso do “Fim do trabalho não permanente” como principal motivo apontado no momento de inscrição dos desempregados.
- O desconhecimento sobre o grupo dos desempregados “desencorajados” e/ou que já não tem direito a apoios sociais não permite ter a dimensão real do desempregado ou da população em risco de pobreza.

B-MELHORAR O PADRÃO DE VIDA NO CONCELHO

PONTOS FORTES

- Execução da rede viária prevista em PDM garante acessibilidade intrarregional e a Lisboa.
- Prolongamento do Metropolitano à Amadora reforça mobilidade.
- Em vinte anos o tempo médio gasto nas deslocações casa-trabalho e casa-escola diminui 23% (8,5 min.).
- Aumento da atratividade da Amadora por reforço do número de movimentos de entrada (+6,9pp) e atenuação dos movimentos de saída (-12,5pp).
- Em vinte anos quintuplicou o número de deslocações de entrada na Amadora por motivos de estudo (de 745 para 3.689).
- Alargamento, qualificação e integração da rede de equipamentos de educação e ensino.
- Mais de metade (60%) dos jovens entre os 20 e 24 anos completou pelo menos o ensino secundário.
- Integração da valência de Creche nos Centros Escolares.
- Estrutura verde com grande diversidade de espaços verdes com funções ecológicas, de lazer e recreio.
- Construção de pistas de caminhada e de ginásios ao ar livre integrados na estrutura verde.
- Implementação da recolha seletiva de resíduos urbanos (cobertura de 98,5% dos alojamentos).
- Reforço da coesão social através das respostas dos programas Urban I, Urban II, Proqual e Zambujal Melhora.

PONTOS FRACOS

- Crescimento de edifícios e alojamentos é superior ao crescimento populacional e supera o nº de famílias em 20%.
- Edificado com necessidades de reparação (37,3%) maioritariamente construído entre as décadas de 60 e 80.
- Cerca de 1/5 dos alojamentos estão vagos ou são de uso secundário.
- Acentuaram-se os desequilíbrios da estrutura demográfica. Em vinte anos jovens diminuíram de 19% para 15% e idosos aumentaram de 9% para 19%.
- Insucesso escolar com taxas superiores à média regional.
- Existem 126 idosos por cem jovens até aos 14 anos. Esta relação era de 45 em 1991 e de 94 em 2001.
- Insuficiência de equipamentos/respostas sociais adequadas ao perfil de idosos.
- Saldo migratório negativo por efeito de saída de residentes anula saldo natural positivo.

OPORTUNIDADES

- Prolongamento do Metropolitano à Reboleira reforça a mobilidade, promove a intermodalidade e potencia vantagens locativas para revitalização ou criação de novas áreas empresariais.
- Excedente de fogos poderá constituir reserva para resolução de carências habitacionais.
- Estrangeiros rejuvenescem população em idade ativa e fértil atenuando o saldo migratório negativo, mais acentuado na década de 90 por efeito de saída de residentes.
- Aposta nos modos suaves de circulação incentiva o incremento do modo pedonal com benefícios para adoção de estilos de vida saudáveis.
- Reutilização de equipamentos subutilizados para desenvolvimento de novas respostas sociais.
- Serviços de proximidade e teleassistência permitem manter idosos nos seus quotidianos em detrimento da sua institucionalização.
- Implementação de programa de ensino profissional adequado à base de competência regional eleva a qualidade do capital humano, criando condições para a sustentabilidade económica do Município.
- Alteração do paradigma energético obriga à adoção de soluções eficientes no domínio da iluminação pública, dos edifícios municipais e da rega de espaços verdes públicos.
- Continuidade de programas de educação ambiental potenciam mudança de comportamentos.

AMEAÇAS

- Prevalência de um modelo atual e previsto baseado no uso predominantemente habitacional.
- Reserva urbanística identificada a par do esperado declínio populacional conduzem ao sobredimensionamento do parque mobiliário.
- Estudos prospetivos apontam para diminuição e envelhecimento da população portuguesa, mesmo que os níveis de fecundidade aumentem e os saldos migratórios sejam positivos.
- Envelhecimento demográfico amplia necessidades de acessibilidade à habitação (só 23% são acessíveis a cadeira de rodas) e de procura de cuidados de saúde.
- Recrudescimento dos fluxos emigratórios e quebra nos fluxos imigratórios agravam desequilíbrio da estrutura etária.
- Redução dos jovens tem consequências na diminuição de gerações ativas e no dinamismo do mercado de trabalho.
- A opção dominante das deslocações diárias em transporte individual, a par do tráfego de atravessamento são fatores de insustentabilidade ambiental.

C-ATENUAR AS CARÊNCIAS HABITACIONAIS

PONTOS FORTES

- Eliminação progressiva das manchas de habitação precária por extinção dos núcleos degradados com resolução PER de 86% dos casos.
- Diversificação de ofertas habitacionais: unidades residenciais, disponibilização de habitação a custos controlados e realojamento disperso na malha urbana consolidada.
- Gestão do parque habitacional baseada em critérios de eficiência: ajustamento de tipologias por alteração da dimensão das famílias e rotatividade de fogos por abandono ou incumprimento, gerando bolsa de devolutos a reintegrar no processo de realojamento.
- Integração social das famílias nos bairros municipais suportada em redes que combinam a iniciativa pública e solidária.
- O espaço público e os equipamentos de proximidade constituem elementos estruturadores dos processos de inserção social e de apropriação do bairro.
- Reforço da coesão territorial pela libertação de áreas de habitação degradada e requalificação desses mesmos espaços, de que é exemplo o Parque Urbano da Ribeira da Falagueira.
- Criação de Áreas de Reabilitação Urbana com os benefícios e isenções fiscais correspondentes, a par de outros instrumentos municipais visam incentivar a reabilitação física do edificado.
- Intervenção na Av. Santos Mattos é exemplo de nova solução de requalificação urbana.
- Elaboração da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana – Amadora 2025.

PONTOS FRACOS

- Realojamento massivo tem consequências negativas, quer ao nível do ambiente social, quer ao nível da conservação do edificado.
- Homogeneidade sócio económica dos moradores, a par da recessão económica perpetua ciclos de pobreza nos bairros.
- Desemprego e empobrecimento generalizado das famílias geram novas necessidades de habitação.
- Fogos vagos e de uso secundário potenciam degradação do parque habitacional privado.
- Recurso à reconstrução ainda não se traduz num aumento deste tipo de licença.
- Presença de AUGIs com reserva de áreas passíveis de colmatação e qualificação urbanas.
- Desajustamento dos programas de financiamento de obras de conservação (Recria e Recriph) que excluía edifícios construídos nas décadas de maior pressão construtiva.

OPORTUNIDADES

- Abordagem multidimensional da habitação como instrumento das políticas de desenvolvimento.
- Realojamento disperso introduz aspetos positivos quanto à utilização e conservação dos alojamentos e emancipação das famílias.
- Novas orientações das políticas públicas de habitação- valorização crescente da reabilitação e do arrendamento.
- Divergência entre dinâmicas de crescimento populacional e crescimento habitacional favorece reabilitação urbana.
- O novo paradigma de contenção assenta na colmatação do espaço urbano e em processos de regeneração, revitalização e reabilitação urbanas.
- Pintura de empenas e muros de um eixo de entrada na cidade com ilustrações alusivas ao festival Amadora BD potencia a arte urbana como elemento simbólico da cidade.
- A Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana-Amadora 2025 define objetivos, princípios de atuação e um modelo de abordagem que orientam projetos e ações num horizonte temporal alargado.
- Tendo como referência os objetivos de crescimento sustentável fixados para 2020, o PAR Lisboa 2014-2020 prevê a mobilização de recursos financeiros para promover as prioridades estratégicas contidas no eixo estratégico “Qualificação Urbana”.

AMEAÇAS

- Erradicação total dos bairros de habitação precária requer esforço financeiro elevado da Autarquia no médio prazo.
- Estado passa de interventor a regulador responsabilizando o indivíduo como elemento central e recetor de políticas públicas.
- Suspensão de apoios e participações do Estado nos programas de recuperação do parque habitacional privado.
- Desconhecimento da dinâmica do mercado de arrendamento face à alteração dos instrumentos legais criados recentemente.
- O mercado habitacional de proprietários não é acompanhado por uma cultura de conservação e manutenção regular do edificado privado.
- Dificuldade de acesso a crédito para aquisição de habitação própria.
- Incapacidade de investimento na reabilitação urbana no atual contexto económico e dificuldades de associação entre investimento público e privado.

3 - Identificação das alterações da estrutura do território

A conjuntura do início dos anos noventa indiciava uma expectativa de crescimento, no âmbito da qual se formularam estratégias e objetivos, que em parte foram operacionalizados e implementados nas duas décadas de vigência do Plano Diretor. Todavia, nestas duas décadas de vigência do PDM ocorreram alterações estruturais que comprometeram parcialmente as condições de operacionalização do plano, e porventura, puseram em causa alguns dos seus objetivos. De facto, a primeira década foi marcada por um conjunto de fatores que estimularam o crescimento; porém, a partir da segunda metade da primeira década do novo século, a conjuntura económico financeira conduziu a uma recessão que culminou no programa de Assistência Financeira (2011-14).

Esta circunstância afetou quer as dinâmicas territoriais, quer a intervenção pública por força das fortes restrições financeiras.

Identificação dos fatores de mudança:

- Condições de contexto, marcadas numa primeira fase pelo forte crescimento a que se seguiu a recessão económico-financeira, com repercussões na base económica e degradação das condições de vida.
- Políticas nacionais setoriais, por exemplo, a execução dos Planos Nacionais Rodoviários PNR 1985 e 2000 que alargaram o nível de cobertura viária com a criação dos itinerários complementares que atravessam o Município da Amadora.
- Fundos comunitários disponíveis para dotação de equipamentos, qualificação do espaço público e programas de coesão socio territorial (Urban I, Urban II, PROQUAL e Zambujal Melhora).
- Políticas municipais fundadas na implementação de políticas setoriais como aconteceu na habitação social (Programa Especial de Realojamento), na educação (o aumento da escolaridade obrigatória e reordenamento e integração da rede escolar), na saúde (agrupamento dos centros de saúde), na ação social (pela dotação de equipamentos e respostas para infância e idosos) e no ambiente com obrigação de cumprir metas em vários domínios.
- Política de ordenamento do território com o desenvolvimento de planos municipais de ordenamento de território a várias escalas.
- Degradação das áreas urbanas consolidadas, a par da contínua expansão tendencialmente fragmentada.
- Estrutura etária da população residente marcada pelo acentuado envelhecimento demográfico.

À luz destes fatores podemos reconhecer um conjunto de alterações na estrutura do território da Amadora.

Reconfigurações Territoriais

A estratégia de atuação defendida no Plano Diretor Municipal apostava na correção das situações urbanísticas deficientes projetando, a partir das possibilidades identificadas no modelo de ordenamento um espaço urbano mais equilibrado e qualificado. Este cenário, muito ambicioso face aos problemas existentes no território, requeria uma intervenção ativa do município no sentido de dinamizar processos no domínio socio urbanístico e de competitividade territorial essenciais às mudanças pretendidas. De facto, a reconversão urbanística e funcional de um subúrbio já muito enraizado exige um espaço temporal alargado que supera o horizonte temporal do plano.

O PDM delimitou consideráveis áreas a transformar: “áreas urbanizáveis”, “urbanizáveis mistas” e “industriais” que se apresentam hoje, na sua maioria, com soluções urbanísticas definidas, seja por via de planos de nível inferior, entretanto executados, seja por via de operações de loteamento, excetuando a área estratégica da Falagueira/Venda Nova, âncora para a reconfiguração funcional do Município, ainda não concretizada.

As formas e processos dessas transformações decorrem de:

Alteração estrutural das infraestruturas de mobilidade

Alteração das condições de acessibilidade externa pela construção ou beneficiação de cinco vias A16/IC16, A36/IC 17, A9/IC18, A3/IC19 e EN 177 e respetivos nós de acesso, que asseguram ligações do Município ao sistema viário regional/nacional e possibilitaram a diversificação de fluxos de tráfego

Alteração das condições de acessibilidade intramunicipal pela execução dos eixos longitudinais e transversais previstos em PDM, o que permitiu a reestruturação e hierarquização da rede viária principal, promovendo a transferência entre níveis e uma boa articulação entre os bairros e o centro da cidade. O ritmo da execução foi por vezes acelerado pela promoção privada, como aconteceu em áreas de localização de estruturas como o Dolce Vita Tejo, Decathlon e Ikea, uma vez que o sucesso dos projetos dependia da acessibilidade.

Alteração da rede de transportes coletivos através do prolongamento do Metropolitano a Alfovelos e Falagueira, da remodelação/criação de novas estações de caminho-de-ferro, bem como a reformulação de itinerários da maioria das carreiras no sentido de favorecer a oferta de serviços de rebatimento nas áreas de atração dos interfaces (Amadora, Reboleira, Damaia, Falagueira e Alfovelos).

Alteração das condições de mobilidade suave priorizando o modo pedonal, com a construção de 21km de pistas de caminhada distribuídas pelo território.

Alteração da estrutura e ocupação do solo

Redução das manchas de habitação precária pela eliminação de 24 bairros degradados com resolução de 86% dos casos PER e uma oferta de 2.094 fogos de habitação social.

Conversão de zonas com usos degradantes e reabilitação de áreas naturais como é o caso das margens de ribeiras. Estes dois objetivos de ação concretizaram-se no caso da construção do Parque Aventura, Ilha Mágica do Lido, Parque da Ribeira e Parque do Zambujal

Alargamento da mancha urbana, que representava 50% da área total do Município em 1994 para 61% em 2012. Os compromissos decorrentes de áreas licenciadas, em execução até 2012, projetam o contínuo urbanizado para 65% do território. Esta evolução reflete dois processos já descritos: i) a densificação, da classe de “urbano” (10,2%) sobretudo por edifícios com fins principalmente residenciais; ii) expansão urbana por efeito do preenchimento das classes de espaço “urbanizável” e “urbanizável misto” cuja execução e compromissos assumidos preenchem 52% da área de expansão prevista em PDM.

Cobertura de cerca de 22% do território por 1 plano de urbanização e 17 planos de pormenor com um nível de concretização de 46,5%, a que acresce 15% da área dos planos concretizada através de loteamentos.

Existência de 10,6% de fogos vagos em 2011. O aumento foi de 69% face a 1994.

Reserva urbanística gerada até 2012, traduzida pelo número de fogos licenciados e não construídos em planos e em loteamentos com alvará posterior a 1994 é de 5.265, (6% face ao parque habitacional existente). Acrescem a esta reserva 403 fogos integrados em loteamentos anteriores a 1994.

Alteração das redes de infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva

O Município da Amadora supriu os défices fundamentais identificados em 1994 ao nível da infraestruturização do território, nomeadamente no domínio dos serviços urbanos, dos espaços verdes e dos equipamentos, o que projetou um espaço urbano mais equilibrado e qualificado. Findo o ciclo da cobertura, a aposta agora centra-se na eficiência, nomeadamente na implementação de novas políticas ambientais fundadas em soluções economizadoras de energia e amigas do ambiente.

Concretização de uma estrutura verde urbana, contínua e transversal (154 hectares) a toda a cidade conectada através de corredores arbóreos (99km), de que resultou um forte aumento da captação área verde/habitante (de 2,3 para 9m²) e que integrou novos usos como os circuitos de manutenção e estações de cardiofitness, potenciadores de vida saudável.

Implementação de um sistema de recolha seletiva de resíduos sólidos (acessível a 98% dos alojamentos), a selagem definitiva e posterior recuperação ambiental da Lixeira da Boba, a renovação da rede saneamento básico para toda a cidade e a intensificação da cobertura territorial de redes de transporte e distribuição de gás natural, energia elétrica e de telecomunicações.

Realização de intervenções de qualificação do espaço público, quer estruturantes (ex: Parque Aventura, Parque Central, Av. Conde Castro Guimarães, Jardim Luís Vaz de Camões, Av. Santos Mattos, etc.), quer pontuais.

Implementação de um sistema educativo municipal ajustado à procura de alunos que assentou na construção/requalificação de equipamentos de educação e ensino, na universalização do acesso ao pré-escolar traduzido na triplicação da oferta na rede pública, na elevação diversificada da oferta de atividades extra curriculares e na operacionalização de um modelo de autonomia dos seus órgãos de gestão;

Requalificação dos espaços desportivos das escolas e construção de salas de desporto em centros escolares, possibilitando atividades de educação e expressão físico-motora aos alunos do 1º ciclo e dotação das escolas do 2 e 3º ciclos (89%) e secundárias (100%) de pavilhões desportivos, abertos à comunidade em horário extraescolar.

Alargamento da rede de equipamentos sociais para infância, traduzida na melhoria da cobertura em creche e atividades de tempos livres, e para idosos através do reforço da capacidade instalada em lar e camas de cuidados continuados, insuficientes face à procura.

Completamento da rede de equipamentos de saúde com a construção do Hospital Doutor Fernando Fonseca e intervenções ao nível do planeamento e execução da política de saúde local.

Alteração da base económica e emprego

A experiência mostra-nos que os territórios são cada vez mais permeáveis às dinâmicas verificadas no domínio económico e, no contexto da globalização, é a escala local/regional que se reconhece como a mais adequada para potenciar a diferenciação territorial.

O poder público tem uma intervenção muito limitada no domínio económico e a lógica reguladora que o PDM assumiu revelou-se não ser a mais adequada para planear o desenvolvimento local.

As tendências de evolução do tecido económico articulam a importância decrescente da indústria e da construção civil e o papel crescente do comércio/serviços.

Reforço da capacidade empregadora, comprovado pelo aumento do número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço.

A atomização da base económica da Amadora manteve-se, entre 1995 e 2011. Neste ano, 85% dos estabelecimentos tinham menos de dez pessoas ao serviço que garantiam, em 1995, 30% do emprego e, em 2011, 22%.

O peso das grandes empresas com mais de 500 pessoas ao serviço manteve-se neste período, mas a sua capacidade empregadora reforçou-se (representavam, respetivamente, 12 e 30% do emprego total no concelho).

Registou-se uma progressiva regressão do peso da indústria transformadora. No período 1995-2011, a diferença entre a criação e dissolução saldou-se numa redução de 92 estabelecimentos industriais e de 5.500 postos de trabalho, acompanhada de uma retração da dimensão média dos estabelecimentos industriais.

O sector terciário afirmou-se como grande empregador: em 1995 garantia emprego a cerca de 54% das pessoas ao serviço e em 2011 cerca de 83%.

Em 2011, mais de 50% dos empregados na Amadora possuía apenas o ensino básico, 24% possuía o 12º ano de escolaridade e apenas 21% detinha o ensino superior.

Relativamente ao nível de qualificação da mão-de obra ao serviço nos estabelecimentos, cerca de 20% dos empregados são quadros médios e superiores, 51% profissionais qualificados e semiquilificados e 12% são profissionais indiferenciados.

A crise económica e as restrições impostas pelo programa de assistência financeira sentem-se no Município, refletindo-se no desempenho desfavorável dos indicadores recolhidos nos anos mais recentes (2008-2013), contrariando a tendência de evolução positiva verificada no período anterior 1991/2001. Estes efeitos são visíveis por exemplo na quebra do dinamismo da base económica com o sucessivo decréscimo do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios respetivos, bem como dos estabelecimentos e do emprego declarado nos mesmos.

Agravamento da taxa de desemprego, 6,8% em 1991 e 15% em 2011, com um desemprego jovem (15-24 anos) de 32%.

O contexto desfavorável repercutiu-se no aumento do número de desempregados, demonstrado pela subida dos valores do desemprego médio mensal no intervalo entre 2008 e 2013, atingindo níveis idênticos a 1997.

Alterações nas deslocações pendulares

Aumento do número de movimentos intraconcelhios (+39%), o que significa que o município em 2011 suporta no seu interior mais de 1/3 do total de deslocações por motivos de estudo e trabalho.

Reforçou-se em termos absolutos e relativos a importância das entradas no concelho, o que traduz um aumento da capacidade atrativa da Amadora.

Embora em 2011 as “saídas” para trabalho ou estudo sejam o padrão de deslocações dominante, atenuou-se em 12,5pp a dependência funcional face a 1991.

Alterações nas relações de dependência da Amadora com os concelhos da Grande Lisboa: a perda de importância de Lisboa como destino de trabalho e estudo, embora ainda preponderante; a emergência de Oeiras enquanto destino de trabalho, ocupando agora a segunda posição no ranking das saídas e o reforço da posição dominante de Sintra enquanto concelho emissor de empregados e estudantes para a Amadora.

A par das mudanças territoriais verificou-se uma acentuada alteração da estrutura demográfica e dos níveis de qualificação da população residente.

Na década de noventa, a Amadora perde 5.902 (3,2%) habitantes por efeito de um movimento migratório muito significativo que anulou o crescimento natural. Na década de 2000 a população praticamente estabiliza registando-se uma ligeira perda de 736 habitantes, devido a saldos migratórios negativos e abrandamento do saldo natural. Nos três últimos anos, começa a desenhar-se um novo panorama migratório devido à conjuntura económica adversa: recrudescimento dos fluxos emigratórios e quebra nos fluxos imigratórios.

Acentuou-se o peso dos idosos que mais que duplicou (de 15.841 para 32.742) e reduziu-se a importância dos jovens (-26%) no total da população. A melhor constatação para esta mudança profunda é a evolução do índice de envelhecimento, que passou de 45 em 1994 para 126 idosos por cem jovens até aos catorze anos em 2014.

Alteração da população por entrada de imigrantes com nacionalidade estrangeira que mais que triplicaram (de 5.356 para 17.853) nos últimos vinte anos. Em 2011 representam 10,2% da população residente. A multiculturalidade está centrada em cinco nacionalidades: Cabo Verde, Brasil, Guiné Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe que representam 82% da população estrangeira.

Aumento do número de famílias em 18,4% e decréscimo da sua dimensão média de 2,9 em 1991 para 2,4 em 2011. Esta redução na estrutura familiar é devida ao já citado envelhecimento populacional e à diminuição das taxas de natalidade, a par do surgimento de novos modelos de família.

Alterações no nível de qualificação da população residente: 16,3% possui ensino superior completo, o que significa que em duas décadas a proporção de licenciados quase triplicou uma vez que a mesma representava 10,75% em 2001 e 6,37% em 1991. Em 2011 30% da população entre 30 e 34 anos possuía uma licenciatura, indicador aquém do objetivo recomendado (40%) pela Estratégia Europa 2020.

Concluindo, conhecidas as dinâmicas do território, os fatores que lhe deram origem e a atual organização territorial, identificaram-se os avanços conseguidos, as ações não concretizadas e a emergência de novos problemas. Neste quadro, os princípios orientadores para a revisão do PDM devem ser balizados pela articulação da estratégia municipal com a estratégia de ordenamento territorial da Área Metropolitana de Lisboa e em particular da Grande Lisboa. Apesar do PROTAML 2002, apresentar alguma desatualização, os princípios aí preconizados ao nível do desenvolvimento urbano – aposta na reabilitação e regeneração, em oposição à expansão urbana estão em conformidade com as orientações defendidas nos documentos de referência do Acordo de Parceria 2014-2020.